

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS
2017



ASSOCIAÇÃO
DA CRECHE
DE BRAGA

Instituição Particular de Solidariedade Social



Índice

<u>RELATÓRIO DE ATIVIDADES</u>	3
1. <u>Atividade da Creche</u>	4
2. <u>Informações exigidas por diplomas legais</u>	4
3. <u>Factos relevantes após o termo do período</u>	4
4. <u>Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras</u>	4
5. <u>Proposta de aplicação dos resultados</u>	4
<u>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</u>	6
<u>Balanço</u>	7
<u>Demonstração dos Resultados por Naturezas</u>	8
<u>Demonstração dos Resultados por Funções</u>	9
<u>Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais</u>	10
<u>Demonstração dos Fluxos de Caixa</u>	11
<u>Anexo</u>	12
<u>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</u>	30



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2017

No exercício das suas competências – art.º 4.º do Estatuto – vem a Direção da Associação da Creche de Braga, doravante designada por ACB, apresentar o Relatório de Atividades e Contas do ano de 2017.

1. Atividade da Creche

A Associação da Creche de Braga, no cumprimento de uma das suas mais relevantes responsabilidades, submete à apreciação e votação da Assembleia Geral o Relatório de Contas do ano 2017.

A Associação da Creche de Braga, desenvolve as seguintes atividades:

- a) Creche- Crianças dos 4 meses até aos três anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 290 utentes;
- b) Pré-escolar - Crianças dos 3 anos aos 6 anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 264 utentes;
- c) Atl - Crianças dos 6 anos aos 10 anos, esta resposta social existe no estabelecimento da Sede e em Palmeira e dá resposta a 106 utentes;
- d) Cao - Jovens e adultos com idades compreendidas entre 21 anos aos 59 anos, esta resposta social existe no estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa e dá resposta 60 utentes;

A Associação da Creche de Braga oferece assim um serviço de qualidade na educação, guarda, socialização dos 720 utentes que, todos os dias úteis de cada semana, nos são confiados o que para tal implica:

- a. Instalações e equipamentos;
- b. Recursos humanos adequados e habilitados, na quantidade e na qualidade certas para tal, assim como para a prestação dos demais serviços de apoio e assistência, realizados por educadoras de infância, trabalhadores auxiliares, trabalhadores de cozinha, técnicos superiores de diversificada formação, secretaria, limpeza, motoristas etc.
- c. Recursos financeiros, ajustados ao desenvolvimento das atividades e que permitam satisfazer atempadamente tanto as despesas correntes, como as de investimento

inovador e recursos financeiros que nos permitam assegurar atempadamente o pagamento dos salários, reparação de instalações e equipamentos, formação profissional, seguros, contribuições para a S. Social e Finanças, água, luz, aquecimento, etc.

Agora de uma forma sucinta explanamos o que foi feito durante o ano de 2017:

1-Instalações e equipamentos:

a) Estabelecimento Sede

Na sede, foram feitas diversas obras e reparações consideradas urgentes, como :

- Reparação do sistema de Aquecimento e Substituição de 2 Bombas Circuladoras;
- Substituição da Central de Detecção de Gás no Edifício do Berçário;
- Colocação de Paineis na Cobertura do Recreio das salas 4 - Creche e 5 -Creche;
- Substituição da Caixilharia do recreio das Salas 4 Creche e 5 Creche;
- Colocação de Cobertura no corredor que vai da Cozinha ao Monta Cargas do ATL;
- Substituição de todo o mecanismo da porta principal;
- Colocação de Pavimento Vinílico da sala 2-Creche e recreio da mesma;
- Colocação de Estores de Rolo nos recreios da Salas 1-Creche, 4-Creche e 5-Creche;
- Colocação de Sistema de Vídeo - Vigilância na Sede - na Portaria e atualização do já existente nos vestiários e despensa;
- Pinturas nas salas e corredores do Edifício do Berçário e pintura da sala 3-Jardim do Edifício da Sede;

Além de todas estas obras e reparações, começamos com a colaboração da mãe de uma utente, o projeto de remodelação das casas de banho (projeto este elaborado gratuitamente), que só ficou pronto em Fevereiro de 2018, estamos a espera dos orçamentos para avançarmos com a obra. Nesta primeira fase, a Sra. Arquiteta só apresentou o projeto da remodelação para uma casa de banho do rés-do-chão. Parte destas obras serão pagas com o dinheiro angariado em 2017, com a Caminhada, Rifas e Feirinha da Família.

Em 2017, continuamos a tentar resolver o problema da legalização do Edifício do ATL, no final de Fevereiro de 2018 entregamos na Câmara o requerimento para a Legalização da Obra de Edificação e Ampliação. Lembro que isto é um problema que já existe desde o ano de 2000, devido a obras realizadas sem a devida legalização. Para tal teve a Direção atual de organizar

todo um novo projeto do existente e entregar na Câmara Municipal de Braga para a aprovação, o que estimamos virá a ter um custo superior a 6.000,00€.

b) Estabelecimento de Palmeira

Neste estabelecimento foram feitas as seguintes Obras e Reparações:

- Limpeza dos Caleiros e Manutenção dos telhados do Edifício do Infantário e do Centro;
- Arranjo do Poço;
- Limpeza de clarabóia do infantário;
- Corte de Árvores em risco de partirem;

Em 2017, foi solicitado à Câmara o piso de pave para colocar no exterior do Infantário José Cunha Oliveira e Graça, este piso já foi entregue na primeira semana de Março/2018 e irá ser colocado logo que o tempo melhor.

c) Estabelecimento Centro D. João Novais e Sousa

- Durante o corrente ano, continuamos a trabalhar na organização do dossier relativo ao processo de requalificação do Novais, no que diz respeito à reorganização dos dois CAOs existentes e à criação de um Lar Residencial para 24 Utentes. Obra urgente para providenciar um fim de vida digno às Pessoas com Deficiência Mental, muitas das quais a frequentar o Novais há 30 e mais anos.

Pedimos apoio ao Município de Braga para a elaboração dos projetos das Especialidades, aos quais foram adjudicadas ao Atelier Arquitetura e Engenharia Filipe & Gabriela Lda, no valor de 15.000€ mais IVA, dado que a câmara não possui capacidade técnica para a elaboração dos mesmos. Contudo, deu-nos o apoio financeiro de 7500€ e comprometeu-se a elaborar o projeto de execução da obra, até ao final do ano.

Envidamos todos os esforços para ter tudo pronto, acreditando numa possível candidatura dentro do Portugal 2020. Em simultâneo, continuamos com a nossa angariação de fundos, tendo neste momento em conta 84.909€.

- Fizemos a revisão do telhado e dos caleiros para fazer face a humidade que estava a danificar algumas salas e o ginásio.



- No final do ano, no dia 2 e 3 de Dezembro, para comemorar o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, fizemos a nossa "mais bela obra" - levamos um espetáculo ao Espaço Vita que nos encheu a alma de orgulho.
- No próximo ano temos absoluta necessidade de adequar uma casa-de-banho, que dá apoio aos casos mais graves que temos no Novais
- Gostaríamos de remodelar a lavandaria, que possui algumas máquinas, para criarmos uma prestação de serviço externo com alguns Jovens/adultos que possuem "competências" para esta função, desde que devidamente acompanhados – empreendedorismo social.

2- Recursos Humanos e Formação Profissional:

O Quadro de Pessoal está ajustado as nossas necessidades e conforme a exigências legais.

Durante o ano de 2017 foram feitas várias Ações de Formação tais como:

- Primeiros Socorros -21 colaboradores;
- Primeiros Socorros - Como Atuar - - 50 colaboradores;
- Programa Executivos em IPSS - 3 colaboradores;
- Medidas de Autoproteção(2 horas)-40 colaboradores;
- Formação Violência Doméstica e Intervenção com Pessoas com Deficiência Mental -1 colaborador;
- Medicina Tradicional e Complementar-Um novo olhar sobre a depressão - 1 colaborador;
- Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - 1 colaborador
- Boas Praticas de Segurança Alimentar - 5 colaboradores

A Direção da Associação da Creche de Braga, quer destacar todo o empenho, espírito de equipa de todos os colaboradores da Instituição, assim como a colaboração das diversas entidades tais como a Camara Municipal de Braga, o Sporting Clube de Braga e o Rotary Norte. Bem Hajam!

Sede

Rua do Boio, n.º 235 - 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 - Fax.: 253 200 749
associacaodacrechedebraga2@gmail.com

Palmeira

Av. do Cavado, n.º 122 - 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 - Tel.: 253 307 101
associacaodacrechedebraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 209 570 - cwebcost@apo.pt

3- Recursos Financeiros:

Em relação a este ponto os nossos objetivos foram atingidos, conseguimos uma fazer uma gestão equilibrada, que gerou um resultado líquido positivo de 37.115,96€.

2. Informações exigidas por diplomas legais

A Direção informa de que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 554/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

3. Factos relevantes após o termo do período

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017.

4. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção, em reunião de 20 de março de 2018.

5. Proposta de aplicação dos resultados

A ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA apresentou um resultado líquido do período positivo no valor de € 37.115,96. A Direção propõe que o resultado líquido no período de 2017 seja mantido na rubrica de Resultados Transitados.

Braga, 20 de março de 2018

A Direção

Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís
Manoel Luís



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sede

Rua do Rain, n.º 235 • 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax.: 253 200 749
associacaodocrechedebraga2@gmail.com

Palmeira

Av. do Cávado, n.º 122 • 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101
associacaodocrechedebraga2@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 200 570 • crecheuco@icpp.pt

Balanço

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.670.741,32	2.733.424,83
Ativos intangíveis	5	17.193,13	8.631,00
Investimentos financeiros		1.840,57	1.840,57
Subtotal		2.689.775,02	2.743.896,40
Ativo corrente			
Inventários	6	4.660,43	6.046,33
Créditos a receber	7	6.281,30	5.581,62
Estado e outros entes públicos	8	574,03	17.265,12
Diferimentos	9	9.308,55	9.780,91
Outros ativos correntes	10	88.728,11	72.873,45
Caixa e depósitos bancários	11	206.825,31	166.081,25
Subtotal		316.377,73	277.628,68
Total do Ativo		3.006.152,75	3.021.525,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	25.535,28	25.535,28
Resultados transitados	12	1.527.158,00	1.416.095,38
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	592.817,66	611.649,84
Resultado líquido do período		37.115,86	111.062,62
Total dos fundos patrimoniais		2.182.626,80	2.164.343,12
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	-	15.080,00
Financiamentos obtidos	15	243.873,39	302.743,17
Subtotal		243.873,39	317.823,17
Passivo corrente			
Fornecedores	16	58.162,79	63.045,93
Estado e outros entes públicos	8	103.942,75	99.858,48
Financiamentos obtidos	15	50.587,11	42.304,44
Diferimentos	9	1.580,00	1.661,98
Outros passivos correntes	17	365.379,91	332.487,96
Subtotal		579.652,56	539.358,79
Total do passivo		823.525,95	857.181,96
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.006.152,75	3.021.525,08

Braga, 19 de março de 2018

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926




António Manuel Gomes de Araújo

José António Figueira

Demonstração dos Resultados por Naturezas

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	18	874.350,12	847.464,59
Subsídios, doações e legados à exploração	19	1.915.919,63	1.817.593,63
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(140.584,26)	(141.724,14)
Fornecimentos e serviços externos	20	(267.068,66)	(292.802,61)
Gastos com o pessoal	21	(2.313.489,93)	(2.200.523,17)
Outros rendimentos	22	96.060,89	210.486,87
Outros gastos	23	(31.127,88)	(18.977,71)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		134.059,91	221.517,46
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 5	(89.853,64)	(95.555,15)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		44.206,27	125.962,31
Juros e rendimentos similares obtidos	24	162,43	158,70
Juros e gastos similares suportados	24	(7.252,84)	(15.058,39)
Resultados antes de impostos		37.115,86	111.062,62
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		37.115,86	111.062,62

Braga, 19 de março de 2018

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926


 Maria Luísa Sousa, Presidente
 Rua do Raio, n.º 235 - Casa do Anjo
 Casa do Anjo, Fintem, Braga
 Maria Luísa Sousa
 Maria Luísa Sousa


 Daniela Fraai

Demonstração dos Resultados por Funções

PERÍODO: 1º QUADRANTE DE DEZEMBRO DE 2017	FUNÇÕES	Unidade Monetária: Euros											
		Maio	Junho	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2017	2016	2015	
RECAPITULAÇÃO E CANCELAMENTOS	Vendas e serviços prestados	86.856,18	185.309,80	158.055,19	56.847,98	47.448,27	127.860,01	118.871,94	44.959,94	51.480,75	174.130,12	347.864,59	
	Custos de vendas e dos serviços prestados	(20.868,35)	(34.379,45)	(29.481,72)	(8.178,05)	(7.286,09)	(13.088,08)	(24.884,03)	(7.442,33)	(26.032,38)	(46.154,28)	(140.174,14)	
	Resultado líquido	65.987,83	150.930,35	128.573,47	48.669,93	40.162,18	114.771,93	93.987,91	37.517,61	25.448,37	127.975,84	207.690,45	
	Outros resultados	158.791,20	221.739,15	448.331,48	42.257,17	147.872,86	215.445,15	181.943,96	25.828,72	294.252,52	2.028.344,58	2.028.334,20	
	Saldo administrativo	(214.410,45)	(444.281,52)	(890.287,45)	(85.925,38)	(388.279,75)	(983.951,44)	(251.118,06)	(62.156,56)	(957.694,47)	(3.479.415,21)	(2.588.886,57)	
	Outros ganhos	(2.476,55)	(7.341,90)	(7.884,12)	(1.788,85)	(1.901,24)	(9.111,12)	(3.943,12)	(3.771,63)	(2.823,38)	(51.137,68)	(38.977,21)	
	Resultado operacional (antes de juros de financiamento e impostos)												
Ganhos de financiamento (equívocos)													
Resultado antes de impostos													
Imposto sobre o rendimento do período													
Resultado líquido do período													

Braga, 19 de março de 2018

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926

[Handwritten signature]
 Maria do Carmo da Conceição
 Diretora
 Associação da Creche de Braga

[Handwritten signature]
 Daniela Fernandes
 Contabilista Certificada

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6	25.535,28	1.631.551,73	686.464,38	111.062,62	2.404.614,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	(215.456,35)	(24.814,54)	(111.062,62)	(351.333,51)
	7	-	(215.456,35)	(24.814,54)	(111.062,62)	(351.333,51)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				37.115,86	37.115,86
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				37.115,86	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10					
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	25.535,28	1.416.095,38	611.649,84	37.115,86	2.090.396,34

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2016

Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	25.535,28	1.631.551,73	686.464,38	(215.456,35)	2.078.095,04
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	15	-	(215.456,35)	(24.814,54)	215.456,35	(24.814,54)
	2	-	(215.456,35)	(24.814,54)	215.456,35	(24.814,54)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				111.062,62	111.062,62
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				111.062,62	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5					
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	25.535,28	1.416.095,38	611.649,84	111.062,62	2.164.343,12

Braga, 19 de março de 2018

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926


 Maria Rita de Sousa
 Presidente
 Casa Apoio Pastoral
 Associação da Creche de Braga


 Daniela Paes

Demonstração dos Fluxos de Caixa

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		Unidade Monetária: Euros	
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		874.350,12	847.464,59
Pagamento a fornecedores		(398.644,32)	(404.189,66)
Pagamentos ao pessoal		(1.512.350,15)	(1.483.757,21)
Caixa gerada pelas operações		(1.036.644,35)	(1.040.482,28)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		1.365.056,64	1.481.766,10
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		328.412,29	441.283,82
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	5	(36.704,43)	(16.483,68)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		162,43	158,70
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(36.542,00)	(16.324,98)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(243.873,39)	(302.743,17)
Juros e gastos similares		(7.252,84)	(15.058,39)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		(251.126,23)	(317.801,56)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		40.744,06	107.157,28
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	166.081,25	58.923,97
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	206.825,31	166.081,25

Braga, 19 de março de 2018

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926


 António Manuel Gomes da Silva
 Casa Agostinho Fontana

 David Jacari
 Rua da Cerveja



Anexo

6. Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO CRECHE DE BRAGA" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República nº18 de 25 de Janeiro de 2008, Série II, com sede em Rua do Raio nº235, 4710-923-Braga. Tem como atividade Educação de Infância e Jovens para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- A prevenção e a reparação de situações de carência e de desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais;
- A integração e a promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respetivas capacidades;
- Assegurar especial proteção aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente bebés, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência e idosos;
- Dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos;
- Facultar todo o tipo de respostas de ação social ao seu alcance;

Apoiar, nomeada e principalmente, na educação de bebés, crianças, adolescentes e jovens, contribuindo para o seu crescimento integral, a nível físico, pessoal, familiar, mental/intelectual, psicológico, emocional/afetivo, ético/moral, religioso e social

7. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Sede

Rua do Raio, n.º 235 - 4710-923 Braga
Tel.: 253 200 730 • Fax.: 253 200 749
associacaodaocrechedebraga2@gmail.com

Palmeira

Av. do Covado, n.º 122 - 4700-690 Braga
Tel.: 253 307 100 • Tel.: 253 307 101
associacaodaocrechedebraga3@gmail.com

Centro D. João Novais e Sousa

R. D. João de Novais e Sousa, n.º 17
4710-923 Braga
Tel.: 253 205 570 • www.assozp@assozp.pt

8. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

8.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

8.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

8.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 12 e 19) e "Diferimentos" (Nota 11)

8.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

8.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para



justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

8.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

8.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

8.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

8.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos fixos tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais



As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

8.2.2. Ativos intangíveis

Os "Ativos intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja possível atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Outros ativos intangíveis	3



8.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

8.2.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;



- Alterações no preço do bem locado;
- Alterações na taxa de câmbio
- Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável líquida.

Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os "Créditos a receber" e as "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma .

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.



8.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

8.2.6. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



8.2.7. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos financeiros" de "Empréstimos obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Os rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "Encargos financeiros" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

8.2.8. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que aplicável.

Os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 do Código do IRC encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.º. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRCI.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

8.2.9. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

8.2.10. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são imputados na demonstração dos resultados de cada período, no proporção das depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

8.2.11. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.



8.2.12. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

8.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

9. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Custo				
Edifícios e outras construções	3.866.485,50	13.203,12	-	3.879.688,62
Equipamento básico	408.329,50	10.602,34	(1.587,81)	417.344,03
Equipamento de transporte	205.049,48	-	(81.586,08)	123.463,40
Equipamento administrativo	121.419,61	1.017,17	-	122.436,78
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	8.495,00
Total	4.609.968,45	24.822,63	(83.173,89)	4.551.617,19
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	1.161.563,06	73.025,08	-	1.234.588,14
Equipamento básico	407.436,60	12.356,75	-	419.793,35
Equipamento de transporte	205.049,48	-	(81.586,08)	123.463,40
Equipamento administrativo	102.305,12	1.152,14	(615,64)	102.841,62
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	189,36
Total	1.876.543,62	86.533,97	(82.201,72)	1.880.875,87
			Quantia escriturada	2.670.741,32

Handwritten signatures and initials:
 João
 João
 João
 João

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Saldo em 31-dez-2016
Custo					
Edifícios e outras construções	3.972.341,57	1.384,55	(98.830,24)	(8.410,38)	3.866.485,50
Equipamento básico	404.159,52	4.334,33	(164,35)	-	408.329,50
Equipamento de transporte	205.049,48	-	-	-	205.049,48
Equipamento administrativo	113.687,38	7.732,23	-	-	121.419,61
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	-	189,36
Investimentos em curso	8.495,00	-	-	-	8.495,00
Total	4.703.922,31	13.451,11	(98.994,59)	(8.410,38)	4.609.968,45
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1.083.818,82	78.243,25	(499,01)	-	1.161.563,06
Equipamento básico	399.542,23	7.894,37	-	-	407.436,60
Equipamento de transporte	204.049,48	1.000,00	-	-	205.049,48
Equipamento administrativo	96.863,89	5.441,23	-	-	102.305,12
Outros ativos fixos tangíveis	189,36	-	-	-	189,36
Total	1.784.463,78	92.578,85	(499,01)	-	1.876.543,62
				Quantia escriturada	2.733.424,83

10. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2017
Custo			
Outros ativos intangíveis	11.607,30	7.084,80	18.692,10
Total	11.607,30	7.084,80	18.692,10
Amortizações acumuladas			
Outros ativos intangíveis	2.976,30	3.319,67	1.498,97
Total	2.976,30	3.319,67	1.498,97
Quantia escriturada			17.193,13

Descrição	Saldo em 01-jan-2016	Aquisições / Aumentos	Saldo em 31-dez-2016
Custo			
Outros ativos intangíveis	-	11.607,30	11.607,30
Total	-	11.607,30	11.607,30
Amortizações acumuladas			
Outros ativos intangíveis	-	2.976,30	2.976,30
Total	-	2.976,30	2.976,30
Quantia escriturada			8.631,00

Handwritten signatures and initials in blue ink.

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-jan-2017	Compras	Inventário em 31-dez-2017	CMVMC em 2017
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.046,33	139.198,36	4.660,43	140.584,26
Total	6.046,33	139.198,36	4.660,43	140.584,26

Descrição	Inventário em 01-jan-2016	Compras	Inventário em 31-dez-2016	CMVMC em 2016
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.161,32	131.609,15	6.046,33	141.724,14
Total	16.161,32	131.609,15	6.046,33	141.724,14

12. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Clientes e Utentes c/c	6.281,30	5.581,62
Clientes	-	-
Utentes	6.281,30	5.581,62
Total	6.281,30	5.581,62

13. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	574,03	17.265,12
Total	574,03	17.265,12
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	21.207,00	19.833,50
Segurança Social	81.809,84	79.579,13
Outros impostos e Taxas	925,91	445,85
Total	103.942,75	99.858,48

14. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	9.308,55	9.780,91
Total	9.308,55	9.780,91
Rendimentos a reconhecer		
Rendas	1.580,00	1.661,98
Total	1.580,00	1.661,98

15. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Entidades devedores por subsídios	86.771,11	68.944,23
Fundo de Participação Financeira	64.338,24	46.511,36
Segurança Social	22.432,87	22.432,87
Outros devedores	1.957,00	3.929,22
Perdas por Imparidade	-	-
Total	88.728,11	72.873,45

16. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Caixa	2.905,72	2.348,06
Depósitos à ordem	203.919,59	163.733,19
Total	206.825,31	166.081,25

17. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Fundos	25.535,28	-	-	25.535,28
Resultados transitados	1.416.095,38	111.062,62		1.527.158,00
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	611.649,84	-	16.033,81	595.616,03
Resultado líquido do período	111.062,62	37.115,86	111.062,62	37.115,86
Total	2.164.343,12	148.178,48	127.096,43	2.185.425,17

18. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-jan-2017	Diminuições	Saldo em 31-dez-2017
Subsídios ao investimento	611.649,84	18.832,18	592.817,66
Fundo Socorro Social	269.203,87	7.957,53	261.246,34
Pares	336.230,65	14.670,51	321.560,14
Barclays	5.603,45	2.798,37	2.805,08
Total	611.649,84	18.832,18	592.817,66

19. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2017 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	31-12-2016	Diminuições	31-12-2017
Processos judiciais em curso	15.080,00	15.080,00	-
Total	15.080,00	15.080,00	-

Foi anulada a provisão que fora reconhecida em 2016, uma vez que em 2017 houve o encerramento do processo e o respetivo pagamento.

20. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a "Financiamentos obtidos":

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	50.587,11	243.873,39	294.460,50	302.743,17	42.304,44	345.047,61
Total	50.587,11	243.873,39	294.460,50	302.743,17	42.304,44	345.047,61

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
	Capital	Capital
Até um ano	50.587,11	302.743,17
De um a cinco anos	243.873,39	42.331,44
Total	294.460,50	345.074,61



21. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Fornecedores c/c	58.162,79	63.045,93
Total	58.162,79	63.045,93

22. Outros passivos correntes

A rubrica de "Outros passivos correntes" é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Outras dívidas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	365.379,91	332.487,96
Remunerações a liquidar	365.379,91	332.487,96
Total	365.379,91	332.487,96

23. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a "Serviços Prestados:"

Descrição	2017	2016
Matriculas e Mensalidades	874.350,12	847.464,59
Total	874.350,12	847.464,59

24. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2017 e 2016, a decomposição da rubrica de "Subsídios, doações e legados à exploração" era a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.845.816,43	1.748.419,29
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	-	8.079,18
Fundo de Compensação Financeira	62.493,76	46.511,36
INR	7.609,44	6.807,80
Autarquias	-	7.776,00
Total	1.915.919,63	1.817.593,63

25. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Serviços especializados	63.239,82	75.747,00
Trabalhos Especializados	31.915,23	57.125,32
Conservação e reparação	16.293,69	10.580,66
Honorários	8.671,50	3.431,70
Materiais	5.205,63	5.706,47
Energia e fluidos	108.164,23	126.142,83
Deslocações, estadas e transportes	16.450,55	17.656,53
Serviços diversos (*)	74.008,43	67.549,78
Limpeza e Higiene	34.636,94	34.901,84
Material Didático	17.565,19	11.185,22
Comunicação	6.304,14	8.307,06
Total	267.068,66	292.802,61

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

26. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2017 e 2016, foram 7 em ambos os anos. Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 156 e em 2016 foi de 157.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações do pessoal	1.884.719,97	1.806.937,71
Encargos sobre as remunerações	405.445,25	377.716,91
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	19.480,71	12.100,55
Outros gastos com o pessoal	3.844,00	3.768,00
Total	2.313.489,93	2.200.523,17

27. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos", nos períodos de 2017 e 2016 encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos suplementares	26.539,55	19.782,30
Outros rendimentos (*)	30.461,29	152.879,65
Subsídios para investimentos	18.832,18	27.071,74
Correções relativas a períodos anteriores	18.151,73	8.883,93
Outros	4.874,51	1.869,25
Total	57.000,84	86.611,28

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

28. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos", nos períodos de 2017 e 2016, encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Outros gastos (*)	31.127,88	18.977,71
Outros	21.252,46	8.458,44
Correções relativas a períodos anteriores	6.349,42	6.143,55
Condomínios	3.526,00	4.395,72
Total	31.127,88	18.977,71

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

29. Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.252,84	15.058,39
Total	7.252,84	15.058,39
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	162,43	158,70
Total	162,43	158,70
Resultados financeiros	(7.090,41)	(14.899,69)

30. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2017 e 2016, foram de € 3.321,00 (IVA incluído) em cada um dos períodos.

31. Acontecimentos após data de Balanço


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 19 de março de 2018.

Braga, 19 de março de 2018

A Direção

A Contabilista Certificada, n.º 55.926


Maria Luísa de Macedo Mendes


Daniela Faria

Luísa Maria Gomes de Araújo

Cosme Augusto Ribeiro

Daniela Faria
Homenagem

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 3.006.152,75 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.182.626,80 euros, incluindo um resultado líquido do período de 37.115,86 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa e o Anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ASSOCIAÇÃO DA CRECHE DE BRAGA em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA DIREÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devida a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devida a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devida a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devida a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Em nossa opinião o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 21 de março de 2018

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771